v6.n2.2025

REVISTA CIENTÍFICA - RECIMA21 ISSN 2675-6218

PROCEDIMENTOS INSTITUCIONAIS E SUPORTE PSICOLÓGICO PARA POLICIAIS MILITARES ENVOLVIDOS EM ACIDENTES COM VIATURAS

INSTITUTIONAL PROCEDURES AND PSYCHOLOGICAL SUPPORT FOR MILITARY POLICE OFFICERS INVOLVED IN VEHICLE ACCIDENTS

TRÁMITES INSTITUCIONALES Y APOYO PSICOLÓGICO A POLICÍAS MILITARES IMPLICADOS EN ACCIDENTES VEHÍCULOS

Luiz Carlos Dorecki Junior[1], Jhonatan de Souza Campos[2]

e626183

https://doi.org/10.47820/recima21.v6i2.6183

PUBLICADO: 02/2025

RESUMO

O objetivo deste artigo é destacar a ausência de protocolos institucionais de suporte psicológico para policiais militares envolvidos em acidentes com viaturas policiais. Através de uma reflexão contextual e de análises práticas de casos reais ocorridos na Polícia Militar do Estado do Paraná, o estudo propõe uma reflexão crítica sobre a incidência do Transtorno de Estresse Pós-Traumático (TEPT) e outros traumas nos militares estaduais decorrentes de sinistros viários. Sugere-se a adoção de medidas que integrem cuidados psicológicos vinculados a um protocolo padrão de atendimento, com o objetivo de mitigar os impactos emocionais desses eventos nos policiais e com o viés de prevenção de novos sinistros envolvendo viaturas policiais. Conclui-se que a implementação de um protocolo de atendimento psicológico é essencial para garantir a saúde mental dos policiais e o funcionamento eficaz das instituições, bem como na mitigação de acidentes.

PALAVRAS-CHAVE: Acidente de viatura policial; Transtorno de Estresse Pós-Traumático (TEPT); Mitigação de impactos emocionais; Prevenção de acidentes.

ABSTRACT

The objective of this article is to highlight the absence of institutional psychological support protocols for military police officers involved in accidents with police vehicles. Through contextual reflection and practical analyzes of real cases that occurred in the Military Police of the State of

[1] Cabo da **Polícia** Militar do Estado do Paraná. Bacharel em Administração pelo Centro Universitario Dom Bosco em Curitiba. Curso de Capacitação de Condução de Viaturas de Patrulhamento Tático. Curso de Capacitação em Conduta de Patrulhamento de Alto Risco. Curso de Capacitação de Rondas Ostensivas de Natureza Especial. Auxiliar da coordenação em várias edições dos cursos acima. Auxiliar do Curso de Formação de Praças do Batalhão de RONE. Adjunto da disciplina de Técnicas de Abordagem Policial em diversos cursos de formação e especializado.

[2] Bacharel em Direito pela Pontifícia. Universidade Católica do Paraná (PUC-PR). Especializações na área jurídica e de segurança pública, incluindo: Pós-Graduação em Direito Penal e Processo Penal com ênfase à atividade policial pela Universidade Tuiuti do Paraná; Pós-Graduação em Análise Criminal pela Faculdade de Educação São Braz; Pós-Graduação em Investigação Forense, pela Faculdade Unina; Pós-Graduação em Inteligência Policial, pela Faculdade Unyleya. Cabo da Polícia Militar do Estado do Paraná. Trabalha na RONE, no patrulhamento tático em todo o Estado do Paraná. Polícia Militar do Paraná.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

Paraná, the study proposes a critical reflection on the incidence of Post-Traumatic Stress Disorder (PTSD) and other traumas to state military personnel resulting from vehicle accidents. It suggests the adoption of measures which integrate psychological care linked to a standard care protocol, with the aim of mitigating the emotional impacts of these events on police officers and preventing new accidents involving police vehicles. It is concluded that the implementation of a psychological care protocol is essential to guarantee the mental health of police officers and the effective functioning of institutions, as well as to mitigate accidents.
KEYWORDS: Police vehicle accident; Post-Traumatic Stress Disorder (PTSD); Mitigation of emotional impacts; Accident prevention.

RESUMEN
El objetivo de este artículo es evidenciar la ausencia de protocolos institucionales de apoyo psicológico para policías militares involucrados en accidentes con vehículos policiales. A través de una reflexión contextual y de análisis prácticos de casos reales ocurridos en la Policía Militar del Estado de Paraná, el estudio propone una reflexión crítica sobre la incidencia del Transtorno de Estrés Postraumático (TEPT) y otros traumas sufridos por los militares estatales a causa de siniestros viales. Se sugiere la adopción de medidas que integren la atención psicológica vinculada a un protocolo de atención estándar, con el objetivo de mitigar los impactos emocionales de estos hechos en los agentes y con miras a la prevención de nuevos siniestros que involucren a vehículos policiales. Se concluye que la implementación de un protocolo de atención psicológica es fundamental para garantizar la salud mental de los policías y el funcionamiento efectivo de las instituciones, así como para mitigar los accidentes.
PALABRAS CLAVE: Accidente de vehículo policial; Trastorno de Estrés Postraumático (TEPT); Mitigación de impactos emocionales; Prevención de accidentes.

INTRODUÇÃO

O trabalho policial militar é marcado por riscos substanciais decorrentes do enfrentamento à criminalidade violenta. Contudo, as ameaças à integridade do operador de segurança pública vão além do combate direto e incluem perigos inerentes à própria dinâmica operacional do serviço, tais como deslocamentos emergenciais, perseguições e a condução de viaturas sob condições de elevada tensão. Enquanto a corporação concentra seus esforços na apuração dos aspectos legais, administrativos e patrimoniais decorrentes de sinistros viários, observa-se histórica negligência quanto aos impactos emocionais e psíquicos suportados pelos profissionais envolvidos. A literatura acadêmica contemporânea respalda a gravidade desse cenário ao demonstrar que a prevalência de quadros crônicos de esgotamento e sofrimento psíquico entre policiais é significativamente superior à média observada na população civil.

Embora a Polícia Militar do Estado do Paraná possua mecanismos institucionais voltados ao acompanhamento psicossocial de policiais envolvidos em ocorrências de alto risco, especialmente em situações de confronto armado, observa-se que acidentes envolvendo viaturas policiais ainda são tratados predominantemente sob a ótica administrativa, patrimonial e disciplinar, havendo reduzida atenção institucional aos efeitos emocionais decorrentes desses eventos traumáticos. Tal lacuna pode contribuir para o agravamento de transtornos psicológicos,

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

como ansiedade, depressão e transtorno de estresse pós-traumático (TEPT), comprometendo a saúde mental, a capacidade funcional e a segurança operacional dos policiais militares.

Diante dessa seletividade nos protocolos vigentes, emerge a necessidade de investigar de que maneira a ausência de um protocolo padrão de atendimento psicológico pós-acidente com viatura afeta a saúde mental e a capacidade funcional dos policiais militares da PMPR. Para responder a essa problemática, este artigo estabelece como objetivo geral analisar a urgência e a relevância da implementação de um protocolo institucional padronizado de acompanhamento psicológico voltado especificamente para policiais militares envolvidos em acidentes com viaturas no âmbito da corporação. Como desdobramentos específicos para o alcance dessa meta, busca-se identificar as principais consequências psicológicas a longo prazo, como o TEPT, desencadeadas por sinistros automobilísticos operacionais; contrastar a resposta institucional com foco estritamente patrimonial e administrativo frente à necessidade de intervenção terapêutica precoce; e, por fim, propor diretrizes para a estruturação de um protocolo padrão que articule triagem imediata, suporte de emergência e uma rede integrada de cuidados em saúde mental.

A relevância desta pesquisa fundamenta-se em dimensões de ordem teórica, social e, fundamentalmente, prático-institucional. Sob o aspecto teórico, o estudo preenche uma lacuna na produção científica de segurança pública ao aproximar a psicologia do trauma da vertente específica dos sinistros de trânsito em missões de urgência. Socialmente, justifica-se pela necessidade de humanizar a gestão de crises na carreira militar, refletindo diretamente na qualidade do serviço prestado e na preservação de vidas. No plano empírico, a motivação para este estudo emerge de uma vivência crítica pessoal deste pesquisador durante o estrito cumprimento do dever legal. A participação em um grave sinistro automobilístico operacional e a constatação posterior das limitações no amparo psicológico fornecido pela corporação evidenciaram o desamparo institucional que frequentemente acomete a tropa em situações análogas. Portanto, este artigo justifica-se como um esforço técnico e científico para converter a experiência vivida em proposição normativa, demonstrando que o acolhimento psicológico imediato e padronizado é medida de justiça fundamental para a proteção da saúde mental dos integrantes da Polícia Militar do Estado do Paraná.

METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como um estudo de natureza aplicada, desenvolvido a partir de abordagem qualitativa, com objetivos descritivos e exploratórios. O trabalho busca

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

compreender os impactos psicológicos decorrentes de acidentes envolvendo viaturas policiais e propor diretrizes institucionais para o aperfeiçoamento do atendimento aos policiais militares envolvidos nesses eventos.

Para o alcance dos objetivos propostos, a pesquisa foi estruturada em três eixos metodológicos complementares: revisão integrativa da literatura, análise documental e relato de experiência.

Inicialmente, realizou-se uma revisão integrativa da literatura, com o objetivo de identificar conhecimentos científicos relacionados ao Transtorno de Estresse Pós-Traumático (TEPT), à saúde mental ocupacional de profissionais da segurança pública e aos impactos psicológicos decorrentes de acidentes de trânsito. A busca bibliográfica concentrou-se em bases de dados como SciELO e Google Acadêmico, utilizando descritores relacionados aos temas "acidente de viatura policial", "transtorno psicológico", "TEPT", "saúde mental policial" e "mitigação de impactos emocionais". Foram selecionados artigos científicos, livros e documentos técnicos relevantes para a construção do referencial teórico.

Em seguida, foi realizada análise documental de fontes normativas e institucionais relacionadas à temática investigada. Foram examinados o Decreto Estadual nº 6.297/2020, que institui o Programa Prumos, além de documentos institucionais referentes à formação e capacitação de condutores de viaturas policiais no âmbito da Polícia Militar do Estado do Paraná. A análise teve por finalidade identificar mecanismos já existentes de promoção da saúde mental e verificar a existência de protocolos específicos voltados ao atendimento de policiais envolvidos em sinistros viários.

A pesquisa também incorpora elementos do método de relato de experiência, utilizando como referência um evento crítico vivenciado pelo próprio pesquisador durante o exercício da atividade policial. A experiência foi empregada como unidade de análise prática para ilustrar os impactos emocionais decorrentes de acidentes operacionais e evidenciar possíveis lacunas institucionais relacionadas ao acolhimento psicológico pós-evento traumático.

A interpretação dos dados ocorreu por meio de análise qualitativa de caráter interpretativo, fundamentada na articulação entre os achados da literatura, os documentos institucionais examinados e a experiência relatada. A integração dessas fontes permitiu a construção de um diagnóstico situacional acerca do problema investigado e subsidiou a elaboração da proposta de protocolo padronizado de acompanhamento psicológico para policiais militares envolvidos em acidentes com viaturas.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

REVISTA CIENTÍFICA - RECIMA21 ISSN 2675-6218

O serviço policial militar é, por natureza, uma atividade de alto risco, que envolve diretamente o enfrentamento à criminalidade, a preservação da ordem pública e a defesa da sociedade. Nesse contexto, os policiais militares figuram como a última barreira de proteção social diante da violência e da criminalidade, sendo frequentemente submetidos à exposição constante a situações de perigo, como confrontos armados e ocorrências de elevada complexidade operacional.

> Etimologicamente, a palavra 'risco' deriva do vocábulo `riscar` e tem a ideia associada a 'ousar'. No sentido sociológico, risco significa uma opção, e não um destino (Bernstein, 1997). No caso, a Polícia Militar pode ser configurada como uma organização em que esse conceito faz parte da escolha profissional e desempenha um papel inerente às condições de trabalho, ambientais e relacionais. Os profissionais que compõem a instituição têm consciência disso. Seus corpos estão permanentemente expostos e seus espíritos não descansam. (Minayo; Souza; Constantino; 2008, p.17).

Devido à natureza de sua atividade, o policial militar é exposto continuamente a situações de risco, as quais passam a integrar o seu cotidiano profissional. Sobre isso, Dambros ressalta que "a profissão policial é uma das profissões mais suscetíveis ao desenvolvimento dessas doenças devido à pressão constante e à exposição a situações de risco" (Dambros, 2025, p.4).

Dentro dessa realidade operacional, considerando a necessidade de pronta resposta da Polícia Militar, exige-se que os policiais militares se desloquem com rapidez até o local da ocorrência, visando à salvaguarda dos envolvidos e à preservação da ordem pública. Nessa perspectiva, observa-se que a própria condução de viaturas em situações de emergência representa um fator de risco significativo para a equipe policial, uma vez que tais circunstâncias demandam deslocamentos em alta velocidade e sob condições operacionais, muitas vezes extremas, aumentando consideravelmente a probabilidade de colisões e acidentes. Tais condições podem, dependendo do caso, resultar em acidentes graves, que afetam tanto a integridade física dos policiais quanto a sua saúde mental, em razão das graves consequências que enfrentarão em decorrência do sinistro.

Ademais, a exposição constante e contínua a situações de perigo e de violência elevam potencialmente o desenvolvimento de TEPT, depressão e outros transtornos de ansiedade. Esses efeitos pós-traumáticos são potencializados quando o policial é diretamente envolvido em

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

um acidente de trânsito, especialmente em casos em que há perda de vidas ou ferimentos graves.

Conceitualmente, o TEPT pode ser definido como uma condição mental que se desenvolve em decorrência de experiências traumáticas vivenciadas pelo indivíduo. Essas experiências podem ser compreendidas como situações capazes de provocar intenso sofrimento psíquico ou dano emocional significativo. Entre os principais critérios diagnósticos do transtorno, incluem-se a revivência do evento traumático, a evitação de estímulos associados ao trauma, alterações negativas no humor e na cognição, além de sintomas de hiperexcitabilidade. O Manual Diagnóstico e Estatístico de transtornos mentais - DSM 5 Assim apresenta o TEPT:

> A característica essencial do transtorno de estresse pós-traumático é o desenvolvimento de sintomas característicos após a exposição a um ou mais eventos traumáticos. As reações emocionais ao evento traumático (p. ex., medo, desespero, horror) não fazem mais parte do Critério A. A apresentação clínica do TEPT varia. Em alguns indivíduos, sintomas de revivência do medo, emocionais e comportamentais podem predominar. Em outros, estados de humor anedônicos ou disfóricos e cognições negativas podem ser mais perturbadores. Em alguns outros, a excitação e sintomas reativos externalizantes são proeminentes, enquanto em outros, sintomas dissociativos predominam. Por fim, algumas pessoas exibem combinações desses padrões de sintomas. (American Psychiatric Association, 2014, p.274)

Nesse contexto, o acidente de trânsito configura-se como um potencial evento traumático, capaz de ocasionar consequências psicológicas significativas. Além dos danos físicos e prejuízos financeiros eventualmente decorrentes do sinistro, quando o acidente envolve uma viatura policial, somam-se possíveis repercussões administrativas e funcionais que, cumulativamente ou não, podem intensificar o sofrimento emocional do policial militar envolvido. “Os acidentes de trânsito encontram-se entre os eventos cuja magnitude da violência pode levar as vítimas a desenvolverem o TEPT (Norris, 1992 *apud* Bringhenti; Luft; Oliveira, 2010, p.193).

Além do impacto inerente ao acidente, o contexto operacional em que frequentemente ocorrem os deslocamentos policiais, muitas vezes marcado por urgência, alta velocidade, uso de sinais sonoros e possibilidade de confronto, intensifica o estado de tensão psicológica dos envolvidos. Em tais situações, o policial militar não apenas vivencia o risco concreto à integridade física, mas também permanece submetido à pressão funcional decorrente da missão e das consequências institucionais do evento. Nesse cenário, acidentes envolvendo viaturas policiais podem constituir fatores relevantes para o desenvolvimento do TEPT, produzindo reflexos que ultrapassam a esfera da saúde mental e atingem diretamente a capacidade funcional do agente, seu desempenho profissional e sua segurança na condução operacional de viaturas.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

Ademais, quando o sinistro ocorre durante o atendimento de uma ocorrência, o nível de estresse eleva-se substancialmente, dado que o contexto emergencial amplia a carga emocional sobre a equipe. Fatores como a gravidade do evento, a percepção de risco iminente à vida, a reação da vítima e a qualidade do amparo psicossocial disponível influenciam diretamente o desencadeamento e a intensidade de traumas. A experiência de um acidente com viatura, portanto, vai além dos danos materiais ou físicos imediatos; ela é capaz de gerar respostas psíquicas, que se manifestam em estados persistentes de ansiedade e hipervigilância nos militares afetados. Sobre isso Santos *et al* afirma que

> o alto nível de atenção e alerta exigido do policial, especialmente durante o trabalho noturno ou em longas jornadas, acrescem as chances de acidentes automobilísticos provocados por acompanhamentos táticos em ambientes sem luminosidade e confronto armado, que podem ceifar vidas. (SANTOS *et al,* 2021, p.5993)

Importante frisar que a Polícia Militar do Estado do Paraná, através do Governo do Estado, vem demonstrando preocupação com a saúde mental dos militares estaduais e, visando ao tratamento psicológicos dos seus servidores, criou o Programa Prumos, instituído pela Lei Estadual 6297/20, que em art. 2º tem como objetivos do programa:

> Art. 2º Constituem objetivos do Programa de Saúde Mental aos Profissionais da Segurança Pública do Estado do Paraná:
> I - estimular a padronização da formação, da capacitação e da qualificação dos profissionais de segurança pública, respeitadas as especificidades e as diversidades regionais, em consonância com a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social e o Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social;
> II - estimular a criação de mecanismos de proteção dos agentes públicos que compõem o sistema nacional de segurança pública e de seus familiares; e
> III - estimular e incentivar a elaboração, a execução e o monitoramento de ações nas áreas de valorização profissional, de saúde, de qualidade de vida e de segurança dos profissionais que compõem o sistema nacional de segurança pública. (Paraná, 2020)

A existência do Programa Prumos demonstra o reconhecimento legal da relevância da saúde mental na segurança pública do Paraná. No entanto, a execução prática dessa diretriz normativa depara-se com uma omissão procedimental de que não há previsão de um protocolo compulsório para sinistros viários operacionais. A ausência de uma rota de fluxo específica transfere para o policial afetado o ônus de identificar a própria necessidade de suporte. Como

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

consequência, barreiras culturais e o receio de estigmatização fazem com que o militar silencie, fator que potencializa a cronificação dos sintomas do TEPT.

3. A IMPORTÂNCIA DE UM DIAGNÓSTICO PRÉVIO E O TRATAMENTO ADEQUADO DO TEPT NO AMBIENTE POLICIAL

A identificação precoce do TEPT é fundamental para assegurar que o militar estadual afetado receba acompanhamento especializado e intervenções terapêuticas adequadas. O reconhecimento antecipado dos sinais e sintomas do transtorno possibilita a realização de diagnósticos mais precisos e a adoção de estratégias terapêuticas mais eficazes pelos profissionais de saúde mental. Macedo *et al* relatam sobre isso que “A identificação precoce, por meio da compreensão desses critérios e da avaliação cuidadosa dos fatores de risco, é crucial para um manejo eficaz e uma intervenção oportuna.” (Macedo et al, 2025, p.1171). Além disso, quanto mais célere for o diagnóstico, maiores tendem a ser as chances de êxito no tratamento e na recuperação do agente, reduzindo os impactos psicológicos decorrentes do trauma e contribuindo para a mitigação do sofrimento psíquico do policial militar envolvido.

Ademais, um diagnóstico preciso é importantíssimo, pois os sintomas do TEPT podem se manifestar das mais variadas formas e, muitas vezes, podem ser confundidos com outras condições psicológicas. Nesse contexto, a avaliação deve incluir uma anamnese completa e, se necessário, o uso de escalas de avaliação padronizadas. Sobre isso o Manual DSM 5 traz a seguinte observação: “Indivíduos com TEPT são 80% mais propensos do que aqueles sem o transtorno a ter sintomas que satisfazem os critérios diagnósticos de pelo menos um outro transtorno mental (p. ex., transtornos depressivos, bipolares, de ansiedade ou por uso de substância)” (American Psychiatric Association, 2014, p.280).

O tratamento do TEPT pode ser complexo e por vezes envolve uma combinação de psicoterapia e, em alguns casos, pode ser indicado o uso de medicação, como antidepressivos e ansiolíticos, especialmente em casos mais severos. A terapia cognitivo-comportamental (TCC) é uma abordagem frequentemente utilizada, pois ajuda os pacientes a reprocessar o trauma vivenciado e ajuda a desenvolver estratégias de enfrentamento. Outras modalidades, como a terapia de exposição e a terapia EMDR (Dessensibilização e Reprocessamento por Movimento Ocular), também demonstram certa eficácia no tratamento do TEPT.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

> A detecção precoce do TEPT é um desafio clínico relevante, uma vez que a heterogeneidade dos fatores de risco e mecanismos patogênicos influencia diretamente a expressão sintomatológica do transtorno. Modelos teóricos e estudos empíricos têm apontado que estratégias preventivas baseadas em terapia cognitivo-comportamental TCC) e intervenções farmacológicas direcionadas ao hormônio do estresse são eficazes para subgrupos específicos de sobreviventes. (Macedo et al, 2025, p.1168)

Essa heterogeneidade sintomatológica ratifica a urgência de um diagnóstico precoce e de um protocolo clínico imediato no ambiente corporativo. No caso da Polícia Militar, a intervenção estruturada além de amparar o operador na superação do trauma, também possibilita a preservação de sua capacidade funcional, viabilizando um retorno seguro às atividades operacionais. Portanto, o suporte à saúde mental deixa de ser uma escolha individual e passa a integrar a própria manutenção da aptidão profissional da tropa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise integrada da literatura especializada, dos documentos institucionais e da experiência empírica examinada permitiu identificar uma lacuna relevante na gestão dos impactos psicológicos decorrentes de acidentes envolvendo viaturas policiais. Embora a Polícia Militar do Estado do Paraná disponha de iniciativas voltadas à promoção da saúde mental de seus integrantes, especialmente por meio do Programa Prumos, verificou-se a inexistência de um protocolo padronizado e compulsório de acompanhamento psicológico destinado especificamente aos policiais militares envolvidos em sinistros viários operacionais.

Os resultados indicam que os procedimentos atualmente adotados após acidentes com viaturas concentram-se predominantemente na apuração de responsabilidades administrativas, disciplinares e patrimoniais, sem a previsão de mecanismos obrigatórios de triagem ou acompanhamento psicológico. Tal cenário contrasta com a existência de fluxos institucionais mais consolidados para situações consideradas críticas, como confrontos armados e ocorrências de elevado potencial traumático, revelando uma seletividade na assistência oferecida aos profissionais da corporação.

Essa distinção mostra-se particularmente relevante quando confrontada com a literatura científica. Estudos sobre trauma psicológico demonstram que acidentes de trânsito podem

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

constituir eventos potencialmente desencadeadores do TEPT, sobretudo quando envolvem risco à vida, lesões graves ou consequências permanentes para terceiros. Conforme apontam Bringhenti, Luft e Oliveira (2010, p. 193), "os acidentes de trânsito encontram-se entre os eventos cuja magnitude da violência pode levar as vítimas a desenvolverem o TEPT". De forma semelhante, o DSM-5 estabelece que a característica essencial do transtorno consiste no desenvolvimento de sintomas após a exposição a um ou mais eventos traumáticos, os quais podem produzir alterações emocionais, cognitivas e comportamentais persistentes (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2014).

A experiência analisada nesta pesquisa reforça empiricamente os achados identificados na literatura especializada. Durante o estrito cumprimento do dever legal, o pesquisador envolveu-se em um grave acidente automobilístico durante deslocamento emergencial em viatura policial, ocorrência que resultou na amputação traumática do membro inferior de um condutor civil. Embora o episódio tenha gerado imediata mobilização institucional voltada à apuração administrativa do fato, aos procedimentos legais decorrentes e à análise das responsabilidades envolvidas, não houve qualquer encaminhamento psicológico formal ou avaliação especializada destinada ao policial militar participante da ocorrência.

Além das repercussões jurídicas e administrativas inerentes ao evento, o acidente produziu significativo impacto emocional. A gravidade das lesões sofridas pela vítima, a exposição direta à cena traumática e a percepção das possíveis consequências pessoais e profissionais do sinistro constituíram fatores potencialmente geradores de sofrimento psíquico. Durante o período subsequente ao acidente, observou-se a persistência de sentimentos relacionados à culpa, preocupação constante com os desdobramentos do evento e elevado estado de alerta, circunstâncias compatíveis com reações frequentemente descritas na literatura sobre trauma psicológico ocupacional.

A ausência de um protocolo institucional de acolhimento impediu a realização de uma avaliação técnica precoce capaz de identificar eventual necessidade de acompanhamento especializado. Dessa forma, o suporte emocional ficou condicionado exclusivamente à iniciativa individual do profissional envolvido, evidenciando uma lacuna entre o reconhecimento normativo da importância da saúde mental policial e a efetiva operacionalização de mecanismos de cuidado em situações de sinistros viários. Diante dessa experiência, constata-se que, mesmo em eventos com elevado potencial traumático, a resposta institucional permanece concentrada nos aspectos patrimoniais, administrativos e disciplinares, relegando a segundo plano os impactos psicológicos produzidos pelo acidente.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

Os achados também permitem inferir que a ausência de acompanhamento psicológico adequado pode produzir reflexos que extrapolam a esfera individual. Dambros (2025, p. 12) destaca que "policiais mentalmente saudáveis são capazes de tomar decisões rápidas e assertivas em situações de alto risco, minimizando erros que poderiam trazer consequências graves". Em sentido semelhante, Costa et al. (2026) observam que alterações emocionais decorrentes do estresse ocupacional podem comprometer funções executivas essenciais à atividade policial, como atenção, autocontrole e avaliação de risco. Sob essa perspectiva, acidentes com viaturas devem ser compreendidos como potenciais fatores de comprometimento da capacidade operacional do efetivo.

A literatura examinada também evidencia a importância da identificação precoce dos sintomas relacionados ao TEPT. Nesse sentido, Macedo et al. (2025, p. 1171) afirmam que "a identificação precoce, por meio da compreensão desses critérios e da avaliação cuidadosa dos fatores de risco, é crucial para um manejo eficaz e uma intervenção oportuna". O próprio DSM-5 ressalta que indivíduos acometidos pelo transtorno apresentam elevada probabilidade de desenvolver outras condições psiquiátricas associadas, circunstância que reforça a necessidade de intervenções precoces e sistemáticas (American Psychiatric Association, 2014).

Diante desse cenário, os resultados obtidos sugerem que o principal desafio identificado centra-se na inexistência de mecanismos operacionais capazes de transformar esse reconhecimento em ações concretas diante dos acidentes envolvendo viaturas policiais. A adoção de um protocolo padronizado de triagem, acompanhamento e encaminhamento psicológico pós-acidente apresenta-se, portanto, como medida compatível com as evidências científicas analisadas e com os objetivos de valorização profissional, preservação da capacidade funcional e fortalecimento da segurança institucional da corporação. Conforme assinalam Costa et al. (2026, p. 10), "a gestão institucional do estresse não deve ser compreendida como responsabilidade exclusiva do indivíduo, mas como um compromisso organizacional". Nesse contexto, a institucionalização de procedimentos obrigatórios de acolhimento psicológico revela-se não apenas uma medida de proteção à saúde mental dos policiais militares, mas também um instrumento de aprimoramento da própria eficiência organizacional da corporação.

DIAGNÓSTICO

A análise da literatura especializada, dos documentos institucionais examinados e da experiência prática relatada permitiu identificar fragilidades relevantes no atendimento aos policiais militares envolvidos em acidentes com viaturas no âmbito da Polícia Militar do Estado do Paraná.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

A primeira lacuna observada consiste na inexistência de um protocolo institucional específico de acompanhamento psicológico voltado aos policiais envolvidos em sinistros viários operacionais. Embora existam programas voltados à promoção da saúde mental dos profissionais da segurança pública, não foram identificados mecanismos padronizados que determinem a realização obrigatória de triagem psicológica após acidentes dessa natureza.

A segunda fragilidade refere-se à predominância de uma abordagem centrada nos aspectos administrativos, disciplinares e patrimoniais decorrentes do acidente. Os procedimentos institucionais concentram-se na apuração das circunstâncias do sinistro e na responsabilização funcional eventualmente cabível, enquanto os impactos emocionais decorrentes da ocorrência permanecem, em grande medida, dependentes da iniciativa individual do policial envolvido.

Também foi identificada a ausência de mecanismos de monitoramento psicológico continuado. Considerando que sintomas relacionados ao transtorno de estresse pós-traumático podem surgir semanas ou meses após a exposição ao evento traumático, a inexistência de acompanhamento periódico dificulta a identificação precoce de alterações emocionais capazes de comprometer a saúde mental e a capacidade funcional do profissional.

Outro aspecto relevante refere-se à inexistência de fluxos formais de integração entre os serviços de saúde mental da corporação e as estruturas externas de atendimento emergencial. Tal situação dificulta a construção de uma rede assistencial capaz de oferecer suporte contínuo aos policiais submetidos a eventos potencialmente traumáticos.

Diante dessas constatações, verifica-se a necessidade de implementação de medidas institucionais voltadas à triagem, acompanhamento e encaminhamento psicológico dos policiais militares envolvidos em acidentes com viaturas, buscando reduzir os impactos emocionais decorrentes desses eventos e fortalecer a capacidade operacional da corporação. Com base nesse diagnóstico, apresenta-se a seguir uma proposta de protocolo institucional de acompanhamento psicológico pós-acidente:

Fase 1: Triagem e Intervenção Imediata (Primeiras 24 Horas): Determina o afastamento preventivo e obrigatório do militar de suas funções operacionais de trânsito logo após o sinistro. Paralelamente, institui a obrigatoriedade de uma avaliação inicial realizada pelo serviço de saúde mental da corporação, assegurando o acolhimento técnico precoce antes do início formal dos procedimentos de cobrança administrativa ou disciplinar.

Fase 2: Monitoramento Regular e Continuidade do Cuidado (Pós-Acidente): Estabelece um cronograma de acompanhamento longitudinal periódico para os policiais envolvidos em ocorrências graves. Essa avaliação continuada visa rastrear e identificar sintomas tardios ou

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

mascarados do TEPT, viabilizando intervenções terapêuticas oportunas e evitando o agravamento crônico do quadro clínico.

Fase 3: Articulação de Rede Integrada e Ações Preventivas Educacionais: Propõe a construção de fluxos de comunicação imediata entre as equipes de atendimento pré-hospitalar externo (como serviços de ambulância e hospitais) e o setor de psicologia da PMPR. Complementarmente, define a inclusão de módulos didáticos específicos sobre os impactos emocionais do trauma viário e a identificação do TEPT tanto nas campanhas internas de segurança no trânsito quanto nos cursos de especialização e aperfeiçoamento da tropa.

Fase	Momento	Procedimento	Objetivo
Fase 1	Primeiras 24 horas	Triagem psicológica inicial e acolhimento especializado.	Identificar sinais precoces de sofrimento psíquico.
Fase 2	30, 60 e 90 dias	Monitoramento psicológico periódico.	Detectar sintomas tardios de TEPT e outros transtornos.
Fase 3	Permanente	Integração com rede de saúde e ações educativas.	Garantir suporte continuado e fortalecimento institucional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória percorrida ao longo desta pesquisa buscou responder à problemática inicial e alcançar os objetivos delimitados, ao evidenciar a urgência e a relevância da implementação de um protocolo institucional padronizado de acompanhamento psicológico voltado para policiais militares envolvidos em acidentes com viaturas na Polícia Militar do Estado do Paraná (PMPR). As análises realizadas ajudaram a descortinar uma lacuna crítica na gestão de crises da corporação, indicando que, enquanto os procedimentos pós-sinistro concentram-se estritamente na apuração de responsabilidades civis, administrativas e patrimoniais, a saúde mental do operador de segurança pública ainda carece de uma atenção institucional estruturada.

A revisão da literatura e o referencial teórico mobilizados demonstraram que a atividade policial é marcada por riscos psicossociais severos, os quais são acentuados pela necessidade de deslocamentos emergenciais e condução em condições extremas. Os dados científicos ratificaram que acidentes automobilísticos dessa natureza configuram potenciais eventos

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

traumáticos de alta magnitude. Quando tais episódios resultam em desfechos trágicos ou lesões irreversíveis a terceiros, geram um severo desgaste emocional e sentimentos de culpa que podem atuar como gatilhos para o desenvolvimento do TEPT, comprometendo a reatividade, a atenção e as funções executivas do militar.

A análise documental e o diagnóstico prático sugerem que, apesar dos avanços normativos introduzidos no estado do Paraná, como a criação do Programa Prumos, mediante o Decreto Estadual nº 6.297/2020, persiste um desamparo institucional fático na rotina da tropa. A seletividade dos protocolos vigentes, que oferecem suporte psicossocial para ocorrências de confronto armado, mas não contemplam os sinistros viários, muitas vezes força o policial a buscar assistência na esfera particular ou a isolar-se em um silêncio prejudicial.

Sendo assim, a pesquisa demonstrou que a gestão do estresse ocupacional pós-acidente deve ser compreendida como um compromisso organizacional permanente, voltado à proteção da saúde mental dos policiais militares, à preservação de sua capacidade funcional, à redução de comportamentos operacionais de risco e ao fortalecimento da segurança institucional da corporação. A superação de um cenário de desamparo do agente que se encontra nessa situação requer a adoção do protocolo tripartite proposto neste artigo, que articula triagem e afastamento preventivo imediato, monitoramento regular de médio e longo prazo e a integração de uma rede assistencial externa com ações preventivas educacionais. Espera-se que este estudo sirva como subsídio para futuras discussões e melhorias normativas, funcionando como uma medida de justiça institucional indispensável para humanizar a carreira militar, salvaguardar a capacidade operativa da PMPR e preservar vidas.

REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais**: DSM-5. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

BACK, Caroline Moreira. Acompanhamento psicológico preventivo para agentes de segurança pública. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, v. 15, n. 1, p. 208-225, fev./mar. 2021. Disponível em: https://revista.forumseguranca.org.br/rbsp/article/view/1147. Acesso em: 24 mai. 2026.

BRINGHENTI, Marta Elisa; LUFT, Caroline Di Bernardi; OLIVEIRA, Walter Ferreira de. Transtorno do estresse pós-traumático em acidentes de trânsito: validação de escala. **Psico-USF**, v. 15, n. 2, p. 193-203, 2010. Disponível em: https://www.scielo.br/j/pusf/a/BxsPYBF5QHxLNG35JfysXJc/?lang=pt&format=pdf. Acesso em: 20 maio 2026.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

COSTA, Eliezio Carvalho da *et al*. Controle emocional e tomada de decisão na atuação do policial militar em situações de estresse. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, São Paulo, v. 12, n. 3, p. 1-16, mar. 2026. Disponível em: https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/24543. Acesso em: 24 mai. 2026.

DAMBROS, Rafael Mendes. Avaliação do estresse em policiais do Estado do Paraná: Aplicação do Inventário de Sintomas de Lipp (ISSL). **RECIMA21 - Revista Científica Multidisciplinar**, v. 6, n. 5, p. e656405, 2025. Disponível em: https://recima21.com.br/index.php/recima21/article/view/6405/4334. Acesso em: 26 maio 2026.

MACEDO, Ryan Rafael Barros de *et al*. Transtorno de Estresse Pós-Traumático: Quando Suspeitar e Como Diagnosticar?. **Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences**, v. 7, n. 2, p. 1166-1171, 2025. Disponível em: https://doi.org/10.36557/2674-8169.2025v7n2p1166-1171. Acesso em: 27 mai. 2026.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; SOUZA, Edinilsa Ramos de; CONSTANTINO, Patricia (coord.). **Missão prevenir e proteger**: condições de vida, trabalho e saúde dos policiais militares do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2008. 328 p. Disponível em: https://static.scielo.org/scielobooks/y28rt/pdf/minayo-9788575413395.pdf. Acesso em: 26 maio 2026.

PARANÁ. Decreto nº 6.297, de 4 de dezembro de 2020. Dispõe sobre o Programa de Saúde Mental aos Profissionais da Segurança Pública do Estado do Paraná no âmbito da Secretaria da Segurança Pública do Estado do Paraná. **Diário Oficial do Estado**, Curitiba, n. 10825, 4 dez. 2020. Disponível em: https://leisestaduais.com.br/pr/decreto-n-6297-2020-parana-dispoe-sobre-programa-de-saude-mental-aos-profissionais-da-seguranca-publica-do-estado-do-parana-no-ambito-da-secretaria-da-seguranca-publica-do-estado-do-parana. Acesso em: 20 maio 2026.

SANTOS, Fernando Braga dos *et al*. Estresse ocupacional e engajamento no trabalho entre policiais militares. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 26, n. 12, p. 5987-5996, 2021. Disponível em: https://www.scielo.br/j/csc/a/H96LNxsR5T6TpspRQGnc8gN/?lang=pt. Acesso em: 26 maio 2026.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.